



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

384
m

234

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0135662-1

COMARCA: 12ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE: MAKRO ATACADISTA S.A. (MAKRO)

APELADO: JOSÉ RÔMULO SILVA BRAINER E OUTROS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

5507

EMENTA: CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS JULGADA PROCEDENTE - ACERTO - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA NÃO CONHECIDA - MÉRITO - ACUSAÇÃO INFUNDADA DE CRIMES A CLIENTES DENTRO DO ESTACIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL - COMPROVAÇÃO DE QUE A DENÚNCIA PARTIU DE FUNCIONÁRIO DA EMPRESA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - INDENIZAÇÃO DEVIDA - DANOS MORAIS EVIDENTES ANTE O DESCONFORTO E A ANGÚSTIA DECORRENTES DO ILÍCITO OCORRIDO - INTERVENÇÃO DAS AUTORIDADES POLICIAIS - MERO CUMPRIMENTO DO DEVER - AUSÊNCIA DE CO-RESPONSABILIDADE DO ESTADO - APELO IMPROVIDO - DECISÃO POR MAIORIA.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0135662-1, em que figuram como Apelante MAKRO ATACADISTA S.A. (MAKRO), e como Apelado JOSÉ RÔMULO SILVA BRAINER E OUTROS, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *"À unanimidade, em não conhecer a preliminar de ilegitimidade passiva. No mérito, por maioria de votos, negou-se provimento ao apelo, vencido o Des. Cândido Saraiva, que dava provimento parcial ao recurso para reduzir o quantum indenizatório para o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), cabendo 1/3 para cada apelado, nos termos do voto do relator"*, tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 29 de Janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



376
235

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0135662-1

APELANTE: MAKRO ATACADISTA S.A. (MAKRO)

APELADO: JOSÉ RÔMULO SILVA BRAINER E OUTROS

ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Morais.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 309/317, julgou procedente o pedido, condenando o demandado, ora Apelante, a pagar aos autores à importância total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), cabendo a cada um a terça parte desse montante, a ser corrigido monetariamente pela tabela Encoge e acrescidos de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, ambos incidentes a partir da citação Condenou, ainda, nas custas processuais e nos honorários advocatícios, estes à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação.

Objeto: Apelação com pedido de anulação/reforma da sentença hostilizada. Alternativamente, pugna pela redução do quantum estipulado. (fls. 319/341).

Razões recursais: Alega o insurgente, inicialmente, a preliminar de ilegitimidade passiva, haja vista não ter sido o agente causador do dano indenizável, no que importa a necessidade de chamamento ao processo do Estado de Pernambuco para integrar a lide como litisconsórcio passivo. No mérito, em síntese, alega em sua defesa a ausência de prova dos fatos narrados (de que teria acionado – através de ligação telefônica – policiais civis para proceder à abordagem dos apelados no estacionamento do estabelecimento sob a suposta acusação de roubo) que pudessem dar origem aos alegados danos morais sofridos, a inexistência de nexo de causalidade e de ato ilícito. Afirma, ainda, que agiu no exercício legal de direito, na medida em que todo e qualquer cidadão que se sentir ameaçado pode requisitar a presença de autoridade policial.

Contra-razões: Contra-razões às fls. 346/353, pugnando pela manutenção da decisão a quo e, conseqüentemente, pela improcedência da Apelação.

É o que importa relatar.

A Doutra revisão.

Recife, 14 de Outubro de 2009.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

387
m
236

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0135662-1

APELANTE: MAKRO ATACADISTA S.A. (MAKRO)

APELADO: JOSÉ RÔMULO SILVA BRAINER E OUTROS

ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Flui dos autos, resumidamente, que os autores, aqui apelados, no dia 15/11/1999 foram até o Supermercado Macro a fim de realizarem compras. Ato contínuo, quando da saída, foram os mesmos surpreendidos por alguns policiais que os abordaram dentro do estacionamento e posteriormente os conduziram a delegacia de polícia, sob a infundada acusação (roubo e clonagem de veículo) partida de um funcionário do estabelecimento comercial.

O r. Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca de Recife julgou a demanda procedente, sob o fundamento de que é indubitável a ocorrência do dano. Afirmo que alguém ser "conduzido" por policiais armados, tendo o público presente como testemunha ocular, trancafiados em uma delegacia, taxados de criminosos, quando, nem em atitude suspeita se encontravam, incorre, a priori, em atitude danosa por si só, o que prescinde de dilação probatória (fls. 314).

O inconformismo recursal não merece prosperar. Explico.

DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA – CHAMAMENTO AO PROCESSO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Argumenta a empresa/recorrente que a responsabilidade pelos supostos danos perpetrados, se ocorreram, é do Estado de Pernambuco, porquanto decorrentes exclusivamente das condutas abusivas dos seus agentes, policiais civis em serviço.

É manifesto que tal preliminar adentra a questão de mérito, e com ela se confunde, eis que a aferição da culpa do estabelecimento comercial é requisito essencial ao dever de indenizar os autores por eventual ato ilícito.

Desse modo, não conheço da preliminar argüida.

MÉRITO



Tribunal de Justiça de Pernambuco

6ª. Câmara Cível

Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

388
m
237

O cerne da questão centra-se em estabelecer ou não a responsabilidade do estabelecimento comercial pelos danos morais auferidos por seus clientes pelo abalo psíquico que passaram ao serem acusados injustamente de criminosos por funcionário daquele, com a conseqüente intervenção das autoridades policiais. Discute-se, ainda, na hipótese, o arbitramento dos danos morais.

No caso dos autos, como visto, mostra-se despicienda a incursão nos elementos fáticos-probatórios para se aferir a ocorrência do dano moral, porquanto se está diante da figura do "*damnum in re ipsa*", ou seja, a configuração do dano está insita à própria eclosão do fato pernicioso.

A obrigação de ressarcimento se alicerça na demonstração da conduta culposa do agente, da existência do dano efetivo e do nexo de causalidade entre ambos, pressupostos que, uma vez comprovados, geram o dever de indenizar. Restando comprovado nos autos terem sido os autores interceptados pelos policiais civis, à primeira vista, atuando como verdadeiros seguranças do supermercado, com suspeita infundada de serem assaltantes quando já se encontrava no estacionamento, sem o mínimo indício, configura-se humilhação e constrangimento injustos, caracterizando o dever de indenizar.

Ora, não há como negar tenham os autores sido submetidos injustamente a constrangimento, por suspeita infundada de serem assaltantes, quando já estavam no estacionamento, local visivelmente aberto com presença de várias outras pessoas.

No mais, a prova dos autos comprova que houve a comunicação por parte de funcionário do supermercado à polícia apontando os autores como sendo possíveis criminosos. Há o relatório de ocorrência policial e o depoimento de testemunhas apurados em sindicância administrativa (fls. 11/117) que corroboram os fatos alegados, com evidente extrapolação aos limites do exercício regular de direito.

Não vislumbro, outrossim, a co-responsabilidade do Estado de Pernambuco, nem ao menos sua intervenção no caso, porquanto agiram seus agentes dentro do que prescreve a lei na hipótese de se requisitar auxílio policial para averiguar denúncia da ocorrência de crime. Ora, não se espera outra conduta dos agentes públicos (policiais) quando interpelados a apurar possível prática de infração criminosa, não passando sua conduta de mero desdobramento da infundada denúncia feita por funcionário da empresa apelante.

Quanto ao dano moral, entendo perfeitamente cabível ao caso, haja vista o desconforto e constrangimento vivido em função do ilícito ocorrido, devendo o magistrado considerá-lo com equidade. Foi o que fez.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Diante das peculiaridades do caso em questão, e tendo em conta que um dos efeitos do dever de indenização pelos fatos ilícitos é o de punir o ofensor para que este não volte a incidir no mesmo erro, operou o Juiz monocrático com moderação, proporcionalmente ao poder econômico do Réu/Apelante, ao fixar o dano moral em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), cabendo a cada autor a terça parte deste montante.

Assim, tal como restou reconhecido no âmbito do primeiro grau, convenço-me da circunstância de que a sentença monocrática não merece qualquer reparo, pelo que voto para negar provimento à Apelação e manter aquela decisão em todos os seus termos por seus próprios fundamentos.

É COMO VOTO.

Recide, 12/03/2010.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

390
m
239

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE E REVISOR)

Colho votos.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

Eu até rejeitaria essa preliminar, mas acompanho Vossa Excelência. Entendo que se confunde com o mérito e como tal, não conhece.

Acompanho Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE E REVISOR)

Acompanho também.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE, NÃO SE CONHECEU DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA".

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE E REVISOR)

Sou Revisor e meu voto em revisão coincide integralmente com o voto de V. Exa. tendo em vista que todo o desenrolar desse fato, que provocou esse dano moral aos apelados, partiu exatamente de funcionário da empresa do Makro, estabelecimento comercial, dizendo tratar-se de criminosos e que, por conta disso, a polícia teria agido levando-os para a delegacia, sendo lá trancafiados, mas tudo por prática inicial de funcionário do Makro, levando-se, evidentemente, a própria empresa a responsabilidade pela culpa *in vigilando*, pela culpa *in eligendo* daquela empresa, e o valor arbitrado - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos apelados está dentro dos patamares desta Câmara e do Tribunal de Justiça.

De tal sorte que acompanho integralmente o voto do eminente Relator, negando provimento ao recurso de apelação.

É como voto. Está em discussão.

A Turma está em convergência; Desembargador Cândido Saraiva.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

240

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

Eminentes Pares, tenho a ousadia de divergir do voto da Turma.

Entendo que na hipótese de o dano moral puro, ou seja, aquele que decorre do próprio fato em si, deve ser arbitrado como moticidade para evitar que seu montante venha a ser configurado como enriquecimento ilícito das partes.

Parece-me extremamente perigoso que uma circunstância dessa natureza, onde serão agregados custas, correção monetária e juros, um valor de um fato que poderia ser natural, venha a se tornar fonte de enriquecimento, efetivamente meros aborrecimentos a que todos estão sujeitos, não ensejam necessariamente a condenação em danos morais.

De modo que me limito então, divergindo, reduzir o valor da condenação para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo 1/3 para cada um, com a correção monetária a partir da sua fixação, neste grau de jurisdição, por se tratar de dano moral puro, sem comprovação de prejuízos causados às partes, mesmo porque os meros aborrecimentos não ensejam danos morais.

Mas, divirjo apenas do montante em que foram fixados.

DECISÃO

"NO MÉRITO: "POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, VENCIDO O DES. CÂNDIDO SARAIVA QUE DAVA PROVIMENTO PARCIAL AO APELO PARA REDUZIR O QUANTUM INDENIZATÓRIO PARA O VALOR R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS), CABENDO 1/3 PARA CADA APELADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
